

ARTIGO

PARA SATISFAÇÃO PLENA DA ZONA NORTISTA:

JOSÉ LEÃO FERREIRA SOUTO E A INTEGRAÇÃO DOS SERTÕES DO ANTIGO NORTE BRASILEIRO

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>

RESUMO: Este artigo tem como escopo a atuação intelectual de José Leão Ferreira Souto (1850-1904) na construção de uma proposta de integração dos sertões do antigo norte brasileiro. Integrante da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), José Leão teve uma forte atuação no cenário intelectual brasileiro da segunda metade do século XIX, por meio de seus fazeres literários e no embate político, com a campanha republicana e a defesa da construção de ferrovias pelos sertões. Pautado nas publicações nos jornais, tornou-se possível vislumbrar o projeto de intervenção nos sertões brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: José Leão Ferreira Souto; sertões; ferrovia.

FOR THE FULL SATISFACTION OF THE NORTHERN ZONE: JOSÉ LEÃO FERREIRA SOUTO AND THE INTEGRATION OF THE HINTERLANDS OF THE FORMER BRAZILIAN NORTH

ABSTRACT: This article has as its scope the intellectual performance of José Leão Ferreira Souto (1850-1904) in the construction of a proposal for the integration of the hinterlands of the former Brazilian north. A member of the Geography Society of Rio de Janeiro, José Leão had a strong role in the Brazilian intellectual scene of the second half of the 19th century, through his literary endeavors and in the political clash, with the republican campaign and the defense of the construction of railroads by the hinterlands. Guided by publications in newspapers, it became possible to envision the intervention project in the hinterlands Brazilians.

KEYWORDS: José Leão Ferreira Souto; hinterlands; railroad.

Recebido em: 23/06/2023

Aprovado em: 31/10/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v80p274-301>



Introdução

Exceção feita da Amazônia, se ainda alguma outra estrada fosse possível *para satisfação plena da zona nortista* e especialmente da foz do São Francisco ao Mearim, ou da Província de Sergipe a do Maranhão, seria a que pusesse o Rio Panaíba em ligação com o Tocantins-Araguaia e ainda neste ponto, ninguém se compenetrou mais seriamente das necessidades econômicas dessa parte do Brasil, nem melhor estudou a sua geografia física do que mesmo Sr. Dr. Chrockatt de Sá (Souto, 1889, p. 2).¹

Em outubro de 1889, no descerrar do Império do Brasil, o impresso “O Povo”, na Cidade do Príncipe,² veiculava o artigo “Estrada de Ferro da Macau a São Francisco”, assinado pelo intelectual José Leão Ferreira Souto. O texto aludido, mobilizado como epígrafe e inspiração do título deste artigo, explicitava a defesa de um projeto de construção de ferrovias que cruzassem os sertões do antigo norte do Brasil. As linhas férreas a transpassarem o interior do país eram enaltecidas como uma possível solução para possibilitar a integração dessa zona ao território nacional.

A matéria veiculada no impresso norte-rio-grandense se insere em um vasto e disperso repertório de escritos oriundos da pena de José Leão Ferreira Souto, que advogava a constituição de uma política de Estado voltada para a inserção dos sertões do antigo norte no espaço nacional. Tratava-se, portanto, de uma produção intelectual pautada na premissa de intervenção do Estado brasileiro tanto no âmbito do amparo à população sertaneja que vivia sob o estigma da seca, como na reconfiguração do espaço por meio da construção de ferrovias que possibilitassem o incremento econômico por meio da circulação dos produtos.

Além disso, o intelectual³ pensava a nação a partir de uma dimensão de integração das diferentes regiões, notadamente, o Norte. No entendimento do autor, o antigo norte era constituído pela junção dos territórios das antigas capitanias do norte do Estado do Brasil e da região amazônica, ou seja, os antigos Estados do Maranhão e Grão-Pará. José Leão tornou-se um denunciador das mazelas que assolavam o norte do país e

¹ Neste artigo optei por atualizar a grafia dos documentos citados, mantendo a mesma estrutura textual, com o intuito de facilitar a leitura.

² Antiga denominação do atual município de Caicó, no Rio Grande do Norte.

³ Neste artigo, intelectual foi acionado de acordo com a acepção defendida por Jean-François Sirinelli (1998).

reclamava políticas públicas que viabilizassem uma maior integração do vasto território nacional.

Apesar de ter propalado essas demandas, José Leão não entendida o Norte como uma região uníssona e linear. Ao contrário, ele vislumbrava as diferenças que delimitavam o espaço, que recortavam a região. Assim, a zona nortista mencionada pelo intelectual era constituída por espaços antagônicos, como a Amazônia, marcada pela forte presença das águas dos rios que inviabilizavam a construção de ferrovias e o sertão árido, circunscrito pelas longas estiagens. Esses sertões das secas do antigo tornou-se o temário central das preocupações do intelectual.

Neste sentido, José Leão Ferreira Souto passava a inscrever o seu nome entre os intelectuais do final da centúria oitocentista que colaboravam na feitura de uma geografia brasileira. Uma feitura que foi tingida pela interlocução dos opostos: sertão e litoral; rural e urbano; tradição e moderno; norte e sul. Tratava-se de uma semântica que foi acionada por um amplo e polifônico grupo de intelectuais que passaram a edificar diferentes projetos de nação, por meio de nomes como o Barão do Rio Branco, Francisco Inácio Homem de Mello, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio e Bernardino José de Souza. Homens que seguiram diferentes percursos e buscaram respaldar seus respectivos projetos por meio do uso de termos que “metaforizavam instâncias não apenas conflituosas, mas opostas” (Murari, 2007, p. 23).

Diante do exposto, torna-se salutar compreender a atuação intelectual de José Leão Ferreira Souto na construção de uma proposta de integração dos sertões do antigo norte brasileiro. Para isso, mobilizo como os escritos do mencionado autor em jornais do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como livros autorais e as publicações em revistas científicas do Brasil no final do século XIX. Além disso, a inserção de José Leão no cenário intelectual nacional será avalizada por meio das críticas aferidas aos seus escritos em resenhas propaladas em jornais.

Esses vestígios possibilitam entender a inserção de José Leão como um importante interlocutor na construção de um projeto de nação. Nascido na província do Rio Grande do Norte em 1850, a partir da década de 1870, o intelectual passou a circular entre a corte e a província de São Paulo, onde participou do debate público discutindo questões fulcrais do cenário

nacional, como o fortalecimento do movimento republicano, o problema das secas e a questão dos limites internos do país. Essas pautas, em parte, eram devedoras dos vínculos institucionais e políticos do autor, que integrava a Sociedade Positivista de São Paulo e a prestigiada Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Airaghi, 2016, p. 52).

Fundada nos idos de 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) foi uma das principais instituições acadêmicas brasileiras do final da centúria oitocentista e reunia os principais nomes do pensamento geográfico nacional (Cardoso, 2013). Ela se tornou um espaço privilegiado no debate atinente à defesa das fronteiras do Brasil e ao longo do período imperial foi beneficiária do fomento dos cofres públicos. No entendimento de Luciene Pereira Carris Cardoso:

Tributária do contexto de um movimento geográfico que estimulou a multiplicação de instituições congêneres na Europa e no continente americano, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi uma das instituições que desfrutou do patrocínio de D. Pedro II, tal como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cardoso, 2016, p. 29).

A instituição foi criada inicialmente, nos idos de 1878, como uma filial da Sociedade de Geografia de Lisboa e, em 1883, ocorreu uma cisão, com a fundação de uma sociedade geográfica de caráter nacional (MARY, 2010). Desde os primeiros momentos após a fundação, a SGRJ passou a usufruir de privilégios similares ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por meio do fomento dos cofres públicos para o financiamento das pesquisas e, principalmente, às viagens de reconhecimento das fronteiras e dos sertões brasileiros. Sobre essa questão Manoel Salgado Guimarães observa:

Na verdade, a diversidade de interesses possíveis de serem atendidos por expedições científicas desta natureza poderiam explicar por que num momento específico de construção de um projeto nacional, tais viagens obtiveram apoio de uma instituição cultural como o IHGB e, em última análise, do próprio Estado, que termina por financiá-las (Guimarães, 1988, p. 19).

Imbuídos de um projeto de nação, os intelectuais vinculados às sociedades científicas⁴ do último quartel do século XIX buscaram cartografar o território nacional, por meio do reconhecimento das zonas fronteiriças e

⁴ Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

das áreas interioranas, ainda consideradas desconhecidas. Como foi observado por Candice Vidal e Souza, para esses intelectuais “o litoral é o espaço conhecido (...), enquanto o incógnito está adiante, lá, naqueles lugares-sertão” (Souza, 2015, p. 44). Essa construção pautada na oposição reverberou nos usos de uma acepção de sertão “como espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade” (Amado, 1995, p. 149).

Essa alteridade reconhecida pelos intelectuais do final do século XIX repercutiu na edificação diferentes projetos atinentes aos sertões brasileiros. Certamente, a obra que teve maior visibilidade foi “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, livro no qual apresentou uma narrativa que vislumbrava “uma transposição da distância no espaço como uma distância no tempo” (Nicolazzi, 2010, p. 263). De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, o “sertão seria mesmo a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade. Para Euclides era mister tornar a totalidade do espaço territorial um espaço nacional” (Oliveira, 1998, p. 200-201).

Entretanto, apesar de ser possível encontrar conexões entre os intelectuais que atuaram no período entre os séculos XIX e XX como “missionários do progresso” que desejavam “integrar o sertão à vida nacional” (Oliveira, 1998, p. 201), torna-se salutar pensar nas especificidades que atravessaram cada projeto de nação, notadamente, as propostas construídas por intelectuais que tiveram considerável inserção no debate público e que posteriormente foram consideravelmente esquecidos.

Esse é o caso de José Leão Ferreira Souto. Ao longo do último quartel do oitocentos ele teve uma ampla inserção no cenário intelectual brasileiro, tanto por meio de suas atividades políticas como republicano, quanto por meio das publicações literárias e científicas que vislumbravam o problema da seca. Trata-se, portanto, de um intelectual que exerceu uma profusa atividade na imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte.

Além disso, ele foi um dos pioneiros nos fazeres historiográficos no Rio Grande do Norte ao longo da segunda metade do século XIX, ao lado de pensadores da história como Manoel Coriolano de Oliveira (Santos, 2022), Manoel Ferreira Nobre e Isabel Gondim (Santos; Santos, 2023). O seu pensamento historiográfico teve como cerne a escrita biográfica e a reorganização do espaço dos estados do antigo norte, com a proposta de junção dos territórios estaduais do Ceará e do Rio Grande do Norte. O

problema espacial na escrita de José Leão foi avalizado por Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi (2016), na dissertação de mestrado que discorre sobre a contribuição do intelectual na construção da identidade estadual. Trata-se da mais completa biografia acerca do intelectual norte-rio-grandense, na qual o autor constrói uma significativa interpretação acerca da rede familiar de José Leão na província do Rio Grande do Norte.

Contudo, apesar da meritória pesquisa desenvolvida por Paulo Airaghi acerca da rede familiar e da produção espacial estabelecido por José Leão Ferreira Souto, ainda é premente a necessidade de discutir as suas contribuições no debate sobre os sertões e o projeto de nação. É uma faceta de sua escrita que ainda não foi problematizada e que pode contribuir para tencionar a polifonia intelectual do final do oitocentos no debate sobre o sertão do antigo norte.

Provido deste propósito, busquei entender a atuação de José Leão a partir da concepção de intelectual mobilizado por Jean-François Sirinelli, na qual:

Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta (Sirinelli, 1998, p. 242).

O envolvimento de José Leão Ferreira Souto no debate acerca de diferentes problemas nacionais possibilita entendê-lo como um intelectual no âmbito de uma acepção mais estreita, pautada na noção de engajamento. Ele foi um intelectual que exerceu militância em defesa dos ideais republicanos, no combate ao problema da seca, no enfrentamento da pobreza das províncias/estados do antigo norte e na integração do sertão no espaço nacional.

Assim, visando contemplar as diferentes interfaces de José Leão Ferreira Souto no debate sobre secas e sertão, estruturei o artigo em três momentos. No primeiro, discorro sobre os usos biográficos do autor no âmbito da historiografia norte-riograndense, ou seja, penso os sentidos

atribuídos à figura do letrado no contexto de consolidação dos fazeres historiográficos em terras potiguares. No segundo, ele aparece inserido no cenário intelectual da corte, no enfrentamento do problema da seca no antigo norte, por meio da publicação de livros e poesias, sobre as quais recebeu a apreciação dos pares. Para isso, mobilizo os seus escritos em livros e nos impressos, bem como as resenhas que sinalizavam para a recepção de seus livros. No segundo momento discuto o intelectual a partir de seu empenho no debate público, por meio da realização de palestras que defendiam a construção de ferrovias como viabilidade de integrar o sertão ao território nacional. Para isso, investigo as propostas do autor acerca da integração do sertão no âmbito da imprensa norte-rio-grandense, na quais ele identificou as fissuras existentes na chamada zona nortista.

1. A operação biográfica na historiografia: os usos biográficos de José Leão

José Leão Ferreira Souto foi um norte-rio-grandense com amplo envolvimento no cenário intelectual brasileiro do último do século XIX. Nascido em 1850, ainda muito jovem emigrou-se para o sul do país e, a partir de 1870, passou a viver entre a Corte e a província de São Paulo, articulando-se em movimentos políticos e em instituições científicas e culturais. Além disso, entre os seus conterrâneos, ele tornou-se como um dos pioneiros nos fazeres historiográficos,⁵ com o investimento na escrita de livros de história que investigavam o problema dos limites do Rio Grande do Norte e elaborou proposta da junção com outras unidades do país, como o Ceará e a Paraíba (Airaghi, 2016).

Apesar do protagonismo do intelectual no debate político e da visibilidade nos fazeres historiográficos, os dados biográficos atinentes à trajetória de José Leão Ferreira Souto são marcados por imprecisões, repetições e inconsistências. Ironicamente, o intelectual que se mobilizou na produção de biografias dos chamados “grandes homens” do oitocentos,⁶

⁵ Os fazeres historiográficos do intelectual foram pensados a partir da operação historiográfica mobilizada por Certeau (1982).

⁶ Neste artigo mobilizo a concepção de “grandes homens” a partir da concepção acionada por Maria da Glória Oliveira acerca do esforço dos sócios do IHGB em elaborar a biografia de “homens que haviam se destacado nas letras, artes e política (Oliveira, 2011).

passou mais de um século desprovido de uma adensada análise acerca de sua trajetória. Os primeiros dados foram produzidos por um contemporâneo. Trata-se do biógrafo Augusto do Sacramento Blake, que publicou um verbete sobre José Leão no Dicionário Bibliográfico Brasileiro de 1899. No verbete constam as seguintes informações:

José Leão Ferreira Souto - Natural da antiga província do Rio Grande do Norte, foi em 1881 nomeado escriturário da tesouraria de São Paulo e atualmente serve no funcionalismo público do estado do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores e vice-presidente da extinta sociedade Alpha literária. Escreveu:

- Gritos da carne: poesias. Rio do Janeiro, 1874.
- Aves de arribação. Rio de Janeiro, 1877 -Foi exposto à venda este trabalho para ser o produto dele aplicado em socorro às vítimas da seca que então flagelava o Rio Grande do Norte.
- Cultos aos mortos. Comemoração. Rio de Janeiro, 1887 - É a reunião de algumas pequenas poesias fúnebres.
- Culto à pátria: poema dedicado ao Exmo. Sr. Dr. José Thomaz da Porciúncula. Petrópolis, 1894.
- Víctor Meirelles: monografia artística. Rio de Janeiro, 1879, com retrato.
- Apontamentos para a biografia do propagandista Silva Jardim, baseados em informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro, 1895.
- Questões sociais. Imprensa. literatura, artes, política, religião, família e ensino. S. Paulo, 1880, VI, 66 págs. in-12° - Publicou mais um trabalho com o título: - Microscópios - que nunca pude ver. E redigiu: - O Financeiro: periódico consagrado aos interesses dos empregados de fazenda. Redatores: José Leão e Alexandre Costa. S. Paulo, 1881-1882, in-4° (Blake, 1889, p. 2).

O verbete biográfico elaborado por Sacramento Blake explicita duas dimensões relevantes na trajetória de José Leão: o envolvimento em sociedades científicas e culturais e o engajamento em campanhas em prol das vítimas da seca no sertão do antigo norte. Essas foram as balizas que delinearam as causas defendidas em escritos e conferências realizadas em diferentes instituições nas quais atuou. Além disso, prevaleceram escritos biográficos, fossem em poemas, necrológios e elegias, fossem em textos mais avultados, como as biografias sobre o pintor Victor Meirelles e o líder republicano Silva Jardim, correligionário na militância pela derrubada do regime monárquico.

Essas informações biográficas publicadas por Sacramento Blake foram acionadas pelos principais nomes da historiografia norte-rio-

grandense. Em 1921, na História do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lyra, apresentou informações atualizadas:

José Leão Ferreira Souto: Filho legítimo do coronel Luís Antônio Ferreira Souto e D. Ana Jacinta Bezerra Souto. Nasceu na cidade do Assú, a 11 de abril de 1850. Funcionário público. Poeta e escritor, deixou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Microscópicos* (versos), *Gritos da Carne* (versos), *Aves de arribação* (versos), *Questões Sociais* (imprensa, literatura, artes, política, religião, família e ensino), *Culto aos mortos* (poesias fúnebres), *Victor Meireles* (monografia artística), *Apontamentos para a biografia do propagandista Silva Jardim* (notas pessoais e informações), *Questão de Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte* (conferências), *Culto à Pátria* (poema dedicado ao Dr. José Tomás da Porciúncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro, durante a revolta da esquadra e *Potiguarânia* (revista de propaganda republicana). Alguns dos seus trabalhos foram escritos sob a impressão de cenas sertanejas ou em torno de lendas e tradições norte-rio-grandenses, embora ele se houvesse ausentado da província desde moço. Faleceu no Rio de Janeiro a 27 de agosto de 1897 (Lyra, 1982, p. 337).

Em um livro que possuía a pretensão de ser o marco inaugural da historiografia norte-rio-grandense, Tavares de Lyra mobilizou a trajetória de vida de José Leão como um estratagema de evidenciar não somente a atuação de um intelectual nascido nestas plagas, mas, principalmente, que apesar de viver em outra localidade ainda matinha fortes vínculos com o torrão natal. Uma prova desse vínculo afetivo seriam os seus escritos, que versavam sobre os espaços e cenas sertanejas, bem como a preocupação em registrar as lendas e tradições do estado. Assim, mesmo vivendo ausente, ele permanecia defendendo os interesses e a visibilidade do Rio Grande do Norte.

Parte dessas informações anunciadas por Tavares de Lyra foram replicadas em trabalhos posteriores, com a inserção de novos aspectos e ajustes de algumas imprecisões, notadamente, nas datas de nascimento e morte. Esse foi o caso do livro História do Rio Grande do Norte, publicado por Rocha Pombo nos idos de 1922:

José Leão Ferreira Souto, “Nascido no Assú a 10 de abril de 1850, faleceu no Rio de Janeiro a 27 de agosto de 1904. Distinto poeta e escritor. Ardoroso republicano desde 1870, assinou o manifesto de 3 de setembro. Publicou: *microscópicos* (1871), *Gritos da carne* (1874), *Aves de Arribação* (1877); *Comemorações* (1888), *Niterói* (versos) em 1894, *Silva Jardim* (apontamentos biográficos) e *Questões de limites entre o*

Ceará e o Rio Grande do Norte. colaborou em vários jornais do seu tempo (Pombo, 1922, p. 422).

O historiador, paranaense e profícuo escritor de livros escolares, não somente buscou corrigir as datas assinaladas por Tavares de Lyra, como também apresentou novas informações que corroboravam para o entendimento de José Leão Ferreira Souto como um dos pioneiros no movimento republicano. Sem citar fontes, Rocha Pombo ressaltou que José Leão era um “ardoroso republicano” e que teria sido um dos signatários do Manifesto de 3 de setembro. Certamente, essa informação incorre em uma armadilha biográfica, na qual as ações engendradas à posterior acabam direcionando e, por vezes, deturpando a leitura atinente ao passado. José Leão Ferreira Souto foi um entusiasta do movimento republicano e, inclusive, tornou-se uma importante liderança e ponto de apoio dos republicanos que viviam no Rio Grande do Norte.

Contudo, não há nenhuma evidência de que ele estaria incluso no grupo que produziu e assinou o manifesto. Pelo no Manifesto publicado no jornal *A República* do dia 3 de dezembro de 1870 o seu nome não aparece na lista dos signatários. Neste caso, a informação do historiador aparece com um duplo equívoco: inicialmente, a data, assinalada como em setembro e o jornal foi publicado em dezembro. O segundo, a presença de José Leão, que parece ser resultante de uma sedução do engajamento do biografado a partir da segunda metade da década de 1870. Trata-se de um episódio impropriedade.

O engajamento na causa republicana também foi o mote mobilizado por Luís da Câmara Cascudo. No entendimento do historiador norte-rio-grandense, José Leão Ferreira Souto foi uma das lideranças do movimento republicano no Rio de Janeiro e tornou-se um dos articuladores para que o grupo político liderado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão chegasse ao poder estadual após o golpe de 1889. Em suas palavras,

No Rio de Janeiro outro norte-rio-grandense, José Leão Ferreira Souto, (1850-1904), fundara, a 21-4-1888, um “Centro Potiguarense”, abertamente republicano com a maioria dos sócios do Rio Grande do Norte. A José Leão escreve João Avelino, a 31-12-1888, uma carta anunciando que Pedro Velho aceitava a chefia (Cascudo, 1955, p. 205).

Câmara Cascudo ressaltou a atuação de José Leão no recrutamento de norte-rio-grandenses que vivam no Rio de Janeiro para apoiar a causa republicana, por meio da formação de clubes. Assim, ele se tornaria uma peça angular para a consolidação do partido Republicano em terras potiguares, mesmo vivendo na distante capital do país. Já no verbete biográfico, o autor explicitou o intelectual como um dos pioneiros do movimento republicano entre os norte-rio-grandenses:

José Leão Ferreira Souto: - nasceu no sítio Polônia, município de Santana do Matos a 11-4-1850. Fixou-se no Rio de Janeiro. 1º escriturário do tesouro. Republicano histórico. Fundou em abril de 1888 um "Centro Potiguarense" destinado a propaganda republicana. Com a República foi demitido e só em 1903 promovido. Jornalista, poeta, orador, auxiliou intensamente o Partido Republicano de sua terra. Deixou vários livros impressos de poesia, crítica, questões sociais, limites do Estado com o Ceará, etc. Faleceu no Rio de Janeiro a 27-8-1904 (Cascudo, 1955, p. 510).

Observa-se como a operação biográfica acionada por diferentes historiadores da primeira metade do século XX atribui diferentes dimensões e usos da figura de José Leão. De um lado, Tavares de Lyra ressaltou o vínculo afetivo com a terra. Por outro, Rocha Pombo evidenciou o engajamento no movimento republicano. Já Câmara Cascudo, priorizou a atuação do intelectual como um dos articulistas norte-rio-grandenses na capital Federal que buscava o apoio do poder central para resguardar as ações empreendidas na política potiguar. Ele teria sido o responsável pelas negociações com as lideranças políticas na costura das coligações e redes políticas de apoio.

2. José Leão, os embates intelectuais no Brasil oitocentista e o problema das secas

Câmara Cascudo ressaltou que José Leão teria fundado o Club Potiguarense. Certamente, tratava-se do Centro Republicano Potiguarense, que de acordo com Paulo Vitor Airaghi, "congregava pessoas que eram favoráveis a queda da monarquia e a ascensão da República. Apresentava também para a população possíveis soluções para os problemas que afetavam o povo americano" (Airaghi, 2016, p. 65). No caso, é possível inferir

que se tratava de um clube político provido de ideais republicanos e que reunia parte da intelectualidade norte-rio-grandense emigrada na corte.

O Centro Republicano Potyguarense encontrava-se coadunado com uma série de clubes que foram fundados no Rio de Janeiro e reuniam entusiastas do movimento republicano. Eles se proliferaram por todo o Império do Brasil. Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, havia notícias da existência de clubes republicanos dos norte-rio-grandenses, sergipanos, baianos, fluminenses, paulistas, mineiros e catarinenses (Almanak do jornal do agricultor, 1889, p. 338).

Tratava-se de espaços que articulavam homens de letras que tinham migrado de suas províncias para a capital imperial, notadamente, das províncias do antigo norte do Brasil, como o Club Sergipano, o Clube Baiano o Club Norte Rio-grandense. No caso potiguar, Almir de Carvalho Bueno ressalta:

Havia uma pequena “colônia” potiguar no Rio de Janeiro – 2.104 pessoas, pelo censo de 1890. Dela faziam parte alguns membros de famílias proprietárias de terras, comerciantes, ou de algum recurso financeiro, os quais tinham saído bem jovens da província e cedo se haviam tornado republicanos, próximos dos “históricos” de 1870, que os tinham em grande conta (Bueno, 2016, p. 74).

Um exemplo disso, foi o Club Norte Rio-grandense, que nos idos de 1888 tinha a sua diretoria constituída por nomes como Miguel Archanjo Galvão (presidente), José Leão Ferreira Souto (primeiro secretário), Alfredo Duarte Ribeiro (segundo secretário) e Manoel Francisco da Trindade (tesoureiro) (Galvão, et al., 1888, p. 16). Eram todos letrados do Rio Grande do Norte que ocupavam importantes cargos públicos na corte e, também, integravam sociedades científicas, como Miguel Archanjo Galvão, membro da Sociedade de Auxílio da Indústria Nacional (Santos, 2023).

Em tais espaços, os sócios se reuniam para discutir os problemas do país. Além da propagação da causa republicana e da supressão do trabalho escravo, eles também reverberavam questões que eram oriundas de demandas de suas respectivas províncias. No conturbado ano de 1888, os sócios do Club Norte Rio-grandense se envolveram na delicada questão dos limites entre as províncias do Ceará e Rio Grande do Norte, por meio da escrita colaborativa de um manifesto, em resposta ao posicionamento do

senador da província cearense, José Pompeu. Sobre esse manifesto a Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro publicou a seguinte nota:

Foi hoje entregue ao Revd. Padre João Manoel de Carvalho uma representação do Club Norte Rio-grandense, sobre a questão dos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, para ser presente à assembleia legislativa, em refutação ao que disse o Sr. Dr. José Pompeu, na sessão de 14 do corrente (Gazeta da Tarde, 19 de junho de 1888, p. 2).

Essa notícia sinaliza para um aspecto relevante no tocante ao problema historiográfico dos limites: ele teria emergido como um debate no âmbito da assembleia legislativa e o debate público teria sido enfrentado inicialmente pelos intelectuais norte-rio-grandenses que viviam na corte. Foram homens de letras como Miguel Archanjo Galvão e José Leão Ferreira Souto que empreenderam as primeiras réplicas em relação à defesa da manutenção do território do Rio Grande do Norte.

Com isso, a querela espacial teve primeiros protagonistas os emigrados e como palco inicial a capital imperial. O documento produzido pelos sócios do clube acusava o desdém dos deputados gerais da província no tratamento da questão, pois o clube “resolveu encarregar da apresentação à Câmara os deputados do Rio Grande do Norte, que até então nenhuma importância ligaram ao assunto” (Galvão, et. al, 1888, p. 12).

O argumento dos sócios do Club Norte Rio-grandense pautava-se nas incongruências da exposição do senador cearense, bem como na prerrogativa de encontrar a verdade, que seria confirmada pelo uso de documentos confiáveis e com maior antiguidade. Pautado nesses princípios, os sócios alegaram:

Depois de procurar contestar a afirmação do Sr. José Martins de Alencastro em Memória ao Instituto Histórico de que o Ceará tem sido uma província *conquistadora* do território do Piauí, finaliza a mesma nota dizendo: quanto à contestação do limite com o Rio Grande *achei um* Ofício de data de 1º de outubro de 1802 do Governador Bernardo Manoel de Vasconcellos ao Capitão General de Pernambuco queixando-se das violências praticadas pela câmara de Porto Alegre que repelia a justiça do Icó da serra do Camará, alega o mesmo Governador não só a posse antiquíssima da capitania na dita serra, como *ter sido sempre estabelecida a linha divisória das duas capitanias pela vertente das águas* (p. 12).

Ora, é exatamente esse o ponto posto em dúvida pelo Ceará.

Os riograndenses aceitam esta divisória, confinando-se como é de justiça até o morro do Tibau e fundado neste direito é que o Club fez sua representação.

O Rio Grande do Norte recebe qualquer emigração espontânea do Ceará, mas nunca se deixará conquistar por ele.

Houve quem visse no silêncio dos deputados da nossa província, nesse conflito, a razão de serem eles sustentados na capital pela colônia cearense que já se vai tomando numerosa.

De qualquer sorte que os poderes públicos atuem nessa questão, nós aconselhamos sempre aos nossos patrícios a resistência em todos os terrenos de modo a manter a sua autonomia (Galvão, et. al. 1888, p. 14).

O documento elaborado pelos intelectuais norte-rio-grandenses denuncia um cenário marcado por desconfianças e fragmentação dos interesses no tocante ao território provincial. Revelava, principalmente, a existência de uma fissura entre os políticos que ocupavam os cargos de deputados e os intelectuais emigrados que conviviam no clube e compartilhavam os ideais republicanos. É possível pensar que essa construção retórica da indiferença dos deputados do Rio Grande do Norte em relação aos interesses da província tenha sido uma estratégia em evidenciar a ausência de patriotismo dos monarquistas e, conseqüentemente, da própria monarquia, no que se dizia respeito à “pequena pátria” (Lazzari, 2004).

Outro problema atinente ao contexto da província do Rio Grande do Norte que mobilizou esforços dos sócios de clubes cariocas que reuniam norte-rio-grandenses e, foi a grande seca de 1877. A elite intelectual da província que vivia na capital imperial comprometeu-se em campanhas para promover os socorros aos flagelados. O impresso da corte, “A Reforma”, noticiou as ações de outro clube que reunia os homens de letras do Rio Grande do Norte:

Na reunião que teve lugar ontem no salão do Club Politécnico dos Rio Grandenses do Norte ficou a comissão central de socorros às vítimas da seca composta dos Srs. Drs. Francisco Gomes da Silva, Daniel Pedro Ferro Cardoso, Tarquínio Brazílio de Souza Amarantho, Marcos bezerra Cavalcanti, José Leão Ferreira Souto e Evaristo Galvão (A REFORMA, 18 de maio de 1877, p. 2).

O referido clube reunia os acadêmicos da antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, principal espaço de formação dos engenheiros civis na capital do país. Era uma instituição que possuía em seus quadros discentes oriundos de diferentes províncias do Império do Brasil, inclusive, José Leão

Ferreira Souto, que não chegou a concluir o curso, mas se tornou um importante nome na imprensa da corte e se envolveu em demandas do campo da engenharia, como a questão das estiagens, definição dos limites provinciais e construção de ferrovias.

Aparentemente, José Leão Ferreira Souto abandonou os estudos na Escola Central e a potencial carreira de engenheiro em decorrência de sua inclinação para as atividades literárias e jornalísticas. Um indício dessa vocação para as belas letras é a notícia publicada no *Echo Social* do Rio de Janeiro no ano de 1879:

Partiu há dias para a capital da província de São Paulo o nosso amigo o Sr. José Leão, literato bastante conhecido entre nós. Vai apresentar-se em concurso à cadeira de Literatura na Faculdade de Direito. Desejamos feliz êxito ao talentoso candidato (*O echo social*, 27 de abril de 1879, p. 4).

Apesar de José Leão ser considerado um “literato bastante conhecido”, ele não foi exitoso no certame para exercer a docência de Literatura na Faculdade de Direito de São Paulo e acabou investindo na publicação de impressos e, mormente, livros de poesias. A aptidão para os fazeres literários foram explicitados ainda nos primeiros anos após a chegada ao Rio de Janeiro. No final do ano de 1872, o impresso “*A Nação*” publicou uma poesia de sua autoria que revelava os sentimentos ambivalentes de um intelectual que acabara de deixar o Norte e passava a viver nas terras do sul:

No norte
Às horas do sol posto a voz dos sinos
Convida além rezar-se Ave-Maria...
Meu amor, no sertão tudo são hinos,
Deixemos deste sul a plaga fria.

Iremos ver as rutilas campinas
Da terra abençoada das palmeiras,
Onde as aves descantam peregrinas.
Pousadas nos vergéis de laranjeiras.

As tardes do equador têm mais encanto,
As noites mais perfume, a várzea flores:
Lá te farei ouvir da lira o canto
Que diga à solidão nossos amores!

No fervido bulício da cidade,
Só me fala de amor teu lindo rosto...

Mas nada aplaca em mim essa saudade
Às horas merencórias do sol posto (Souto, 26 de dezembro de 1872, p. 3).

O poema publicado no impresso carioca evidenciava o confronto de sensações entre dois mundos. Era o olhar de estranhamento da nova realidade na qual se encontrava inserido e que remetia ao reencontro mnemônico com o seu chão, em uma oposição sensorial: calor e frio, amor e saudade, rural e urbano. José Leão Ferreira Souto tecia o sertão como o espaço da saudade, da perda, o espaço ausente em sua nova jornada e que era refeito em uma operação mnésica, na qual embaucava os sentidos.

Três anos depois, ele publicou “Gritos de Carne”. O livro de poesias teve uma considerável recepção no cenário intelectual da capital imperial, por meio de apreciações críticas. Um dos textos foi publicado por Raimundo Teixeira Mendes, filósofo positivista e republicano de grande influência no mundo letrado carioca. O articulista ressaltou a destreza de José Leão, informando que “folgamos de reconhecer no poeta talento e inspiração, e julgamos que não se poderão negar tais atributos” (Mendes, 10 de maio de 1875, p. 1). Para o resenhista, no livro havia muitas estrofes permeadas com “a naturalidade, o lirismo e a cor local que o autor soube imprimir aos versos (...) e justificam de sobra o que dissemos de seu talento poético” (Mendes, 10 de maio de 1875, p. 1).

Contudo, apesar de avaliar que as poesias carregavam a cor local, Raimundo Teixeira Mendes fez ressalvas na dimensão moral que norteava parte das poesias, ao tratar da nudez feminina, da prostituição e da crença de uma mocidade que buscava o prazer. O filósofo foi categórico em censurar esse pensamento do então acadêmico:

Havemos sempre dito a verdade com afouteza e exortando-os ao cumprimento de seus deveres de cidadãos de um país que deve ser livre; mas por isso que somos severos e justos, temos o direito de protestar contra as acusações terríveis que à mocidade dirigiu o Sr. José Leão (Mendes, 10 de maio de 1875, p. 2).

Entretanto, apesar das críticas tecidas ao “Grito da carne”, foi outro livro de poesias escrito por José Leão Ferreira Souto que teve maior impacto no cenário letrado carioca. Trata-se de “As aves de arribação”, com cantos e tradições dos sertões do antigo norte e voltado para angariar fundos no

auxílio aos flagelados da seca. O autor teve o livro recebido com desfastio pela imprensa, tratando o autor como um poeta promissor e talentoso. O jornal norte-rio-grandense “O Conservador” recebeu o livro com a divulgação de uma nota elogiosa:

Poesias

Sob a denominação de Aves de arribação acabam de aparecer em um nítido volume, as poesias do Sr. José Leão Souto.

São delicadas e lindas canções, umas cheias de lirismo, e outras brilhantes de descrição e pinturas de lugares e costumes sertanejos.

Há em todas elas inspiração, harmonia e originalidade.

Cumprimentando o jovem poeta, fazemos votos para que prossiga na carreira literária (O Conservador, 7 de agosto de 1877, p. 3).

O impresso ressaltou o potencial do ainda jovem escritor, bem como a natureza dos poemas, que criavam “pinturas de lugares e costumes sertanejos”. O valor do livro perpassava pelo seu potencial em construir uma visibilidade para os sertões e para as práticas culturais ali existentes. Um livro publicado para arrecadar fundos no auxílio à população sertaneja acometida pelos danos da seca e que revela em seus poemas a vitalidade espacial e cultural dos sertões. O autor foi pensado como um escritor capaz de descrever fielmente os lugares. Na imprensa carioca essa faceta intelectual foi explorada, pois, “ardente de entusiasmo, delicado na forma, fiel na expressão, é José Leão um verdadeiro poeta” (Ilustração do Brasil, 26 de julho de 1877, p. 419). O mesmo jornal avaliou os intuitos do autor em publicar o livro:

Mais um livro de versos veio a romper a monotonia das lutas políticas e deliciar-nos um pouco a alma, chama-se *As aves de arribação* e é devido à pena de José Leão.

O sentimento que o ditou tão puro é, que está a atrair-se por todo ele. Foi para socorrer às vítimas do Rio Grande do Norte que tomou da lira o poeta. Com pórtico dourado abriu o seu livro e na *Introdução* mostra-se brasileiro de elevadas ideias e de puras crenças.

Há nela confissões à revelarem muita altivez e nobreza de caráter: “Não teríamos dado à lume a presente coleção de versos, pensando hoje à muitos respeitos de modo diametralmente oposto, se não fosse esse culto santo que tributamos ao passado e pelo qual muitas vezes imolamos as crenças do presente, diz o poeta”.

“Além de que neste momento crítico concorreremos com o que está ao nosso alcance em benefício dos nossos conterrâneos, vítimas da seca”. Hoje que é tarefa da mocidade destruir, alenta ver essas almas entusiastas, cheias de vida e de esperança, as quais resistem ao sopro das ideias aniquiladoras e exaltadas.

As considerações feitas sobre a Literatura Nacional patenteiam um espírito sério e refletido, à quem os mesquinhos interesses não puderam, ainda, quebrar ao peito o amor à pátria, e a sua nacionalidade, a mais sublime das virtudes (Ilustração do Brasil, 26 de dezembro de 1877, p. 419).

A crítica publicada reafirmava o patriotismo do poeta, que encetava as novas gerações a cultivar o passado e aliciar a população no amparo às vítimas da seca no antigo norte. Tanto por meio do teor dos seus escritos, quanto pelos intuitos da publicação, o autor foi apresentado como um cidadão que revelava um modelo de patriotismo, de fomento à nacionalidade ainda em construção. Assim, José Leão Ferreira Souto foi apresentado como um brasileiro de puras crenças e ideias elevadas. Neste sentido, torna-se pertinente pensar acerca dos projetos de nação acionados pelo intelectual.

3. O problema das secas e a integração dos sertões brasileiros nos caminhos de ferro

Se no âmbito das poesias os sertões foram constituídos como um dos campos de reflexão e registro de José Leão Ferreira Souto, nos fazeres científicos essa zona do espaço nacional tornou-se o âmago de seu pensamento. Inicialmente, ele buscou pensar estratégias que combatessem os danos humanos causados pela grande seca de 1877, com a arrecadação de fundos. No segundo momento, o autor mobilizou os modernos saberes da engenharia, ao alvitar “o desvio de águas do Rio São Francisco para o rio Assú, para melhorar o estado higrométrico do ar” (Cascardo, 1995). Esse projeto visava assim, criar estratégias para evitar a rápida vaporização das águas e as novas estiagens no sertão.

O projeto de José Leão em desviar as águas do rio São Francisco para alimentar o volume do rio Assú não constituía uma ação isolada e inédita. Ao contrário, como foi bem ilustrado por Janice Theodoro da Silva, entre o final do século XIX e início do XX, o problema da seca foi enfrentado por meio de propostas “de criação de comissões técnicas para executarem trabalhos diversos” (Silva, 1978, p. 46). Além disso, a autora ressaltou a especificidade do território norte-rio-grandense, ao considerar:

O Estado do Rio Grande do Norte, apresentando pequena área cultivável ou com matas, foi especialmente prejudicado pelas secas. Esta instabilidade, a qual estará sujeita inúmeras vezes grande parte dos riograndenses, proprietários ou não, será utilizada de diversas maneiras como instrumento político (Silva, 1978, p. 45).

Em grande parte, essas propostas também perpassavam pelo intuito de possibilitar a integração dos espaços sertanejos do antigo norte brasileiro aos grandes centros da nação ou zonas comerciais. Para isso, ele corroborou com algumas propostas que vinham sendo difundidas no Império do Brasil, de construir ferrovias para interligar as áreas do interior aos portos existentes no país. Seriam caminhos de ferro que teriam o potencial de fazer escoar a produção das áreas interioranas pelo litoral. Fundamentado nessa premissa, José Leão acabou por construir uma carta geográfica do Rio Grande do Norte, por meio do projeto da ferrovia que iria ligar o Porto de Macau ao Rio São Francisco.

As propostas elaboradas por José Leão Ferreira Souto atinente à construção de ferrovias que cortariam os sertões do antigo norte foram veiculadas em dois impressos privilegiados: o jornal “O Povo”, da Cidade do Príncipe, no Rio Grande do Norte e no Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, periódico científico de grande realce em difusão o pensamento geográfico e da engenharia no Brasil. Neste sentido, o intelectual compartilhou informações para diferentes públicos e permitiu amplificar o impacto de sua proposta, ao dialogar tanto com os consórcios da SGRJ, como também entre a elite letrada do principal núcleo urbano do sertão norte-rio-grandense. O impresso “O Povo” apresentou José Leão em primeira página e com entusiasmo:

José Leão

Na lista dos conterrâneos que trabalham pelo engrandecimento de nossa cara província, figura o nome do distinto democrata – José Leão. Em estilo florido enumera ele as vantagens de uma estrada de ferro que uma os centros populosos e industriais de algumas províncias entre si, e o faz com dados científicos como bem poderão ver os nossos leitores no artigo infra, que temos a satisfação de publicar em nossas colunas editoriais (O Povo, 12 de outubro de 1889, p. 1).

Ressalta que o impresso valora o intelectual tanto por seus ideais políticos, ao ser uma das principais lideranças do partido republicano

potiguar, quanto pelo mérito científico. A proposta encontrava-se pautada no método da ciência gestada e difundidas nas poucas faculdades existentes no Império do Brasil. De algum modo, a solução proposta por José Leão afastava-se duplamente das ineficientes ações das comissões técnicas criadas pelo governo central, que desdobravam em resultados pífios, sob a denúncia de escândalos de corrupção (Silva, 1978, p. 46).

Desta vez, o proponente era um duplo conhecedor dos sertões do antigo norte: primeiro, por ser natural do sertão de Assú, onde passou cerca dos vinte primeiros anos de sua vida (Bueno, 2016, p. 75). Segundo, por ser um ex-aluno da famigerada Escola Central, que havia se transformado em Escola Politécnica nos idos de 1874 (Gonçalves, 2022, p. 143). Uma instituição que passava a formar os primeiros engenheiros civis no país, complementando um campo de estudos que até então era exclusivo dos egressos das faculdades de engenharia militar de Ouro Preto e do Rio de Janeiro.

O primeiro texto, veiculado na Cidade do Príncipe, elucidava que o projeto ao qual ele estava avalizando não era uma proposta de sua autoria. José Leão Ferreira Lima teria sido apenas o responsável por mensurar os impactos econômicos e sociais acerca da possibilidade de se construir uma ferrovia que integrasse os sertões do norte: em suas palavras,

Em 29 de dezembro do ano próximo passado, deu entrada na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um requerimento do Dr. João Crockatt de Sá Pereira de Castro, pedindo ao Governo Imperial, privilégio para a construção e gozo de uma estrada de ferro do porto de Macau no Rio Grande do Norte, à foz do Rio Pajeú, afluente do São Francisco, em Pernambuco, passando pela Paraíba, e partindo ao meio da zona sertaneja destas três províncias (Souto, 12 de outubro de 1889, p. 1).

O intelectual norte-rio-grandense aproveitou-se do embalo do engenheiro João de Castro para discorrer sobre os efeitos positivos que essa estrada de ferro traria aos sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Certamente, a principal era criar uma conexão entre os espaços, “partir ao meio a zona sertaneja. Três das províncias assoladas pelos longos períodos de estiagens poderiam usufruir de um dos mais almejados símbolos da modernidade nacional. Para Jose Leão:

Essa estrada de ferro resolve plenamente o magno problema da ligação do vale do São Francisco, na parte em que não é servido pela navegação, com um porto de mar e pelo mais curto caminho, como facilmente se verá em presença de qualquer carta geográfica do Império. Acresce mais, que põe ela as ricas salinas do Assú, que demoram ao nascente da cidade de Macau, ao alcance das províncias: da Bahia (margem esquerda do Rio São Francisco), Piauí e Ceará (Jaicós e Crato), Alagoas e Sergipe (alto sertão), Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (interior) pois termina a estrada na próxima convergência das cinco dessas primeiras províncias. Atualmente, resolve também essa estrada um segundo problema porventura ainda por isso que de alcance mais humanitário. Como se sabe as populações do sertão de todo o norte estão neste momento ameaçadas da seca centenária que nos fins do século passado (1790 e 1793) assolou toda essa parte a que hoje afeta a estrada projetada (Souto, 12 de outubro de 1889, p. 1).

José Leão foi enfático em listar os três aspectos nos quais a estrada de ferro iria impactar diretamente, partindo de uma dimensão voltada para a comunicação e circulação de pessoas e mercadorias pelos sertões, passando pela possibilidade de ampliar o mercado interno, com a distribuição do sal produzido no Rio Grande do Norte pelas províncias contempladas pela ferrovia e a interface humanitária, questão na qual ele havia encampado uma longa e árdua luta em defesa das vítimas da seca de 1877 nos sertões do antigo norte. Certamente, esse tema havia se tornado seu principal campo de interesse.

Esta era a causa defendida pelo intelectual. Inclusive, ele recomendava que as obras deveriam ser iniciadas de imediato, apesar de a zona sertaneja ainda estar sofrendo com os danos da seca, pois a ferrovia planejada tinha previsão de ser construída ao longo das proximidades de grandes rios, que nunca deixaram de ter águas nos respectivos leitos. Além disso, ele também evidenciava que nas três províncias cortadas pela ferrovia seriam contempladas uma parcela considerável da população: praticamente a metade da população da província do Rio Grande do Norte, um terço da Paraíba e um quinto da de Pernambuco (Souto, 12 de outubro de 1889, p. 2).

Por esse motivo, o intelectual foi contundente ao criticar o processo adotado para construção das ferrovias no país, que privilegiavam a ligação entre as cidades costeiras e fortaleciam o isolamento das populações sertanejas:

A nosso ver, é a única estrada interprovincial que o norte comporta, mesmo porque, por ela fica aquela parte do império ligada ao sul

pelas construções atuais e a possível navegação da cachoeira de Sobradinho para cima, bem como à Bahia pelo Juazeiro, a Alagoas e Sergipe pela de Paulo Afonso e a Pernambuco pela do Recife a Caruaru e de Garanhuns a Boa Vista. Qualquer outra estrada iria disputar à navegação de cabotagem explorada pela Companhia Pernambucana (Souto, 12 de outubro de 1889, p. 2).

A assertiva defendida pelo intelectual expressava uma compreensão de fissura do antigo norte: ele separava o norte oriundo dos antigos estados do Grão-Pará e Maranhão, marcado pelas águas, do norte do antigo Estado do Brasil, marcado pelas secas. O seu projeto atendia diretamente ao segundo espaço. Ele privilegiava as ações que deveriam conectar os sertões secos à zona litorânea, aos portos para tornar possível o escoamento da produção interna. Era uma proposta de ligar as províncias por dentro e não pelo litoral. Sobre este aspecto, José Leão denunciou o descaso na definição das ferrovias que deveriam ser prioritárias no país:

A viação férrea no país deve visar um fim de verdadeira utilidade social; mas não é o que até hoje tem-se observado.

A nossa estatística está por fazer e devido ao desconhecimento do solo e as condições geográficas de cada província (Souto, 19 de outubro de 1889, p. 2).

A crítica tecida pelo intelectual reafirmava um velho problema nacional: ser um país desconhecido de grande parte da população, notadamente, o interior, que permanecia ignorado pela elite dirigente do Império. Desprovido de estudos cartográficos, os espaços sertanejos eram sistematicamente esquecidos dos projetos de nação. Para José Leão, um exitoso projeto de nação deveria perpassar pela inserção do sertão ao restante do país, pois:

A integridade da pátria não é alheia a esses melhoramentos em que as vibrações uníssonas da nação repercutem a um tempo simétrica e harmonicamente como em um instrumento de cordas ao roçar dos dedos afinam-se em um concerto musical as vozes mais opostas.

Dessas vibrações sonoras e unânimes depende a unidade territorial como a indivisibilidade nacional, a grandeza da Pátria comum, como ideal de um povo livre e digno filho dessa imortal plaga Americana (Souto, 19 de outubro de 1889, p. 2).

José Leão Ferreira Souto não foi um intelectual que pensou o sertão como um problema exclusivo das províncias do antigo norte. Ao contrário, ele reivindicava essa questão como uma proposta de consolidar o processo

de feitura da pátria. Para isso, deslocado espacialmente, ao viver nas terras do sul, ele mobilizou a história do sofrimento da população sertaneja, em eras remotas e no presente, para defender a sua integração ao território nacional. Como ele bem expressou em “Aves de arribação”:

Nestas bandas do sul essa memória
Jamais se me apagou da mente um dia;
Em sofrer e penar se cifra a história
De todo meu sonhar de poesia (Souto, 1877, p. 55).

Com isso, José Leão corroborou com um projeto que pensava o sertão como um espaço uníssono, que instituía uma unidade entre as províncias do antigo norte. deste modo, a comunicação entre o sertão e os grandes centros sulistas não poderia ser pensada unilateralmente por cada província. Ele partia da dimensão conjunta do Norte, afinal, a ferrovia teria como intuito interligar os sertões de diferentes províncias para que pudessem se conectar aos grandes centros do sul por meio do porto de Macau. Enfim, o sertão pensado por José Leão incitava o reconhecimento da diversidade nortista, que implicava em uma fissura entre o norte amazônico e o norte seco.

Considerações finais

José Leão Ferreira Souto tornou-se uma importante voz no processo de reflexão acerca dos espaços sertanejos ao longo do último quartel da centúria oitocentista. Ao deslocar-se de seu torrão natal e passar a viver na corte, ele redescobriu o sertão. Uma descoberta tecida em meio à alteridade. Um sertão revelado à distância, como ele mesmo expressou na última estrofe de seu poema Canção:

Tudo é poesia no sertão: ao longe
As aves cantam: matinal gorgueio!
Os serros fumam, que celestes enleio!
Tudo é poesia no sertão ao longe (Souto, 1877, p. 31).

O sertão espacialmente distante e quase onipresente em seu pensamento, tornou-se um elemento fundante do projeto de nação elaborado pelo intelectual norte-rio-grandense. Ao falar para diferentes

públicos e escrever em impressos acadêmicos e de circulação geral, ele inscreveu o seu nome entre os intelectuais brasileiros que travaram disputas no cenário letrado em defesa de uma reorganização da nação brasileira. No caso de José Leão, o seu engajamento teve como força motriz a defesa dos ideais republicanos, com o conseqüente fortalecimento do poderio das unidades da federação, bem como, a elucidação de propostas que fomentassem a integração dos sertões do antigo norte entre si e com áreas portuárias, com o intuito de efetivar o escoamento da produção.

Vinculado à diferentes clubes republicanos, constituídos por acadêmicos e emigrados norte-rio-grandenses na capital imperial, ele tornou-se uma importante voz no processo inicial de congregação dos intelectuais de sua terra natal. Um processo de institucionalização que foi primeiramente efetivado em plagas estranhas, mas que certamente influenciaria os conterrâneos que permaneciam em solo potiguar e que foram impelidos a criar comunidades intelectuais.

Vinculado à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ele usou dos princípios de sua formação inicial para pensar a modernização do país, que no seu entender deveria perpassar pela integração do interior, até então desconhecido, ao território nacional. Os sertões eram assim, alvo de disputas entre as elites políticas e intelectuais. Um espaço almejado pelos dois grupos, mas provido de poucas ações que sustentassem a sua efetiva integração. Afinal, à distância, para Ferreira Souto, no sertão tudo era poesia.

Referências

A ESCOLA. Variedade: Club Gonçalves Dias. **A Escola**: Revista Brasileira de Educação e Ensino. N. 6022, 1878, p. 12-13.

AIRAGHI, P. V. S. **José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX**. Natal, 115f. Dissertação (Mestrado em História). UFRN, 2016.

ALMANAK DO JORNAL DO AGRICULTOR. Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. **Almanak do Jornal do Agricultor**. N. 1, 1889, p. 338.

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, J. B. F. Os sertões em debate: fronteiras, secas e instituições. **Projeto História**. vol. 69, 2020, p. 275-311.

ARANHA, B. P. de L. Visões sobre o humano: a fronteira-sertão do Brasil Meridional (1889-1905). **Projeto História**. vol. 69, 2020, p. 90-136.

A REFORMA. Socorros às vítimas da seca. **A Reforma: Órgão Democrático**. N. 110, 18 de maio de 1877, p. 2.

BLAKE, A. V. A. S. José Leão Ferreira Souto. In: **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 2.

BORGES, N. Ao Sr. Teixeira Mendes. **A Crença: Sciencias, Lettras e Artes**. N. 12, 1º de junho de 1875, p. 6-7.

BUENO, A. de C. **Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2016.

CAMPOS, C. de; INOUE, L. M. A ferrovia e a ocupação do sertão paulista: a Companhia Paulista e a sua linha Tronco Oeste. **Projeto História**. vol. 69, 2020, p. 172-203.

CARDOSO, L. P. C. **Intelectuais, militares, instituições na configuração das fronteiras brasileira (1883-1903)**. São Paulo: Alameda, 2016.

CARDOSO, L. P. C. **O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1945)**. São Paulo: Annablume, 2013.

CERTEAU, M. de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GALVÃO, M. A.; SOUTO, J. L. F.; RIBEIRO, A. D.; TRINDADE, M. F. da. Questão de Limites. **Potyguarania**. N. 1, 1888, p. 12-16.

GAZETA DA TARDE. Nota. **Gazeta da Tarde**. N. 137, 19 de junho de 1888, p. 2.

GONÇALVES, M. J. **Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal: a vida intelectual natalense (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Autografa, 2022.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. n. 1, 1988, p. 5-27.

ILUSTRAÇÃO DO BRASIL. Crônica da Semana. **Ilustração do Brazil**. Ano 2, n. 47, 26 de julho de 1877, p. 419-422.

JUNIUS. Coluna Crítica. **Mephestopheles**. Ano 1, n. 31, 1887, p. 5-6.

LAZZARI, A. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Campinas, 363f. Tese (Doutorado em História). Unicamp, 2004.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; Ucam, 1999.

MACIEL, L. A. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. **Projeto História**. vol. 18, 1999, p. 167-189.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: EDUSP, 1997.

MARY, C. P. **Geografias Pátrias**: Brasil e Portugal (1875-1889). Niterói: EDUFF, 2010.

MENDES, R. T. Gritos de Carne. In: *A Crença*. Ano 1, n. 10. 10 de maio de 1875, p. 1-2.

MURARI, L. **Brasil, ficção geográfica**: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume, 2007.

NICOLAZZI, F. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. *Leitura de Os sertões*. **Anos 90**. V. 17, n. 31, 2010, p. 261-285.

O CONSERVADOR. Poesias. **O Conservador**: Jornal Político e Noticioso. N. 325, 27 de agosto de 1877, p. 3.

O ECHO SOCIAL. Seção Mista. **O Echo Social**: Publicação Semanal Crítica, Humorística e Litterária. N. 9, 27 de abril de 1879, p. 4.

OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. 5, 1998, p. 195-215.

OLIVEIRA, M. da G. de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SILVA, J. T. da. **Raízes da ideologia do planejamento**: Nordeste (1889-1930). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

SOUTO, J. L. F. **Aves de arribação**: lendas e canções sertanejas. Rio de Janeiro: Typographia Central de Brown & Evaristo, 1977.

SOUTO, J. L. F. Canção. **Revista do Rio de Janeiro**. N. 6, 1877, p. 31.

SOUTO, J. L. F. Conferência realizada pelo cidadão José Leão na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo 4, 1890, p. 49-61.

SOUTO, J. L. F. Limites entre as províncias do Rio Grande do Norte e Ceará: extracto das conferências feitas pelo Sr. José Leão nas sessões de 25 de outubro e 10 de novembro de 1888. **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo 4, 1888, p. 286-293.

SOUTO, J. L. F. No norte. **A Nação**: Jornal Político, Commercial e Litterário. N. 152, 26 de dezembro de 1872, p. 3.

SOUTO, J. L. F. **Silva Jardim:** apontamentos para a biografia do ilustre propagandista hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SOUZA, C. V. e. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2ª. Ed. Goiânia: EDUFG, 2015.